

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009830-82.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Bruna Nathalia da Silva e outro**
Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que os autores questionam faturas que receberam da ré relativas ao consumo de energia elétrica em unidade consumidora que especificaram.

Almejam à declaração da inexigibilidade das mesmas, ao seu recálculo, com a restituição do que pagaram a maior em face da que quitaram, e à substituição do medidor existente no imóvel.

O histórico de consumo de energia elétrica da unidade correspondente ao imóvel trazido à colação está demonstrado nos quadros amealhados pela própria ré a fl. 32.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nota-se por seu intermédio que entre janeiro e maio de 2016 esse consumo mensal se manteve estável, oscilando em torno de 150 KWh a 190 KWh, ao passo que registrou aumento significativo em junho e julho daquele ano (passou num primeiro momento a patamar de 2079 KWh e ficou em 480 KWh na sequência).

Assentadas essas premissas, reputo que tocava à ré a demonstração das razões concretas que teriam levado ao aumento que apurou.

A relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo e como tal sucede a inversão do ônus da prova, na esteira do art. 6º, inc. VIII, do CDC, como, aliás, restou expressamente consignado no despacho de fl. 73.

Nesse sentido é a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. RESSARCIMENTO DE VALORES E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Concessionária prestadora do serviço que não se desincumbe de comprovar a razão do aumento brusco de consumo de energia elétrica, tampouco a existência de consumo não registrado. Incumbência da ré por se tratar de relação de consumo. Correção monetária que deve ser aplicada a partir da propositura da ação e juros de mora desde a citação. Sucumbência recíproca. Recurso parcialmente provido” (Apelação n. 0044265-47.2011.8.26.0602, rel. Des. **GILBERTO LEME**, j. 27/05/2014).

*“Energia elétrica. Propositura de ação declaratória de inexigibilidade de débito. Valor cobrado a maior em apenas um mês. Fatura com valor desproporcional aqueles dos meses anteriores. Ação julgada procedente para declarar inexigível o débito. Consumo de aproximadamente 130 Kwh, ao mês e cobrança de 5.16 Kwh. Relação de consumo. Ré que não comprova o aumento abrupto e desproporcional. Recurso improvido. É lícito à concessionária dos serviços de energia elétrica interromper o fornecimento regular em caso de inadimplência. Mas, em caso de controvérsia do valor do débito, referente a apenas um mês, é dever da concessionária justificar o aumento desproporcional. Não o fazendo, a ação restou corretamente julgada procedente”. (Apelação n. 002074-68.2012.8.26.0596, rel. Des. **KIOITSI CHICUTA**, j. 14/1/2013).*

“DECLARATÓRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - CONSUMO ATÍPICO – AUSÊNCIA DE PROVAS A JUSTIFICAR O AUMENTO DO CONSUMO - RECURSO IMPROVIDO. Apresentando a conta de energia consumo atípico, transfere-se à concessionária o ônus



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

exclusivo de evidenciar a legitimidade da cobrança” (Apelação n. 9219619-61.209.8.26.00, rel. Des. **RENATO SARTORELI**, j. 18/01/201).

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente e como a ré não amealhou elementos consistentes que permitissem justificar o aumento elevado somente nos meses impugnados (nada denota o uso extraordinário de equipamentos elétricos, a ocorrência de reformas no imóvel ou defeitos na instalação elétrica) é de rigor a conclusão de que a importância inserida nas faturas é indevida.

O quadro delineado permite acolher a pretensão deduzida para que se declare inexigível o valor da fatura vencida em junho de 2016 no importe de R\$ 1.348,69, devendo a ré emitir uma nova fatura em substituição a ela, o que se implementará tal como preconizado pelos autores (valor correspondente ao consumo detectado entre agosto e setembro de 2016).

Já os valores apurados a maior na fatura de julho de 2016 deverão ser restituídos aos autores na medida em que inexistia lastro para fundamentar o pagamento levado a cabo a esse título.

O único aspecto, porém, em que não prospera a postulação dos autores consiste na substituição do medidor existente no imóvel.

Providência dessa natureza não se deve desde logo imputar à ré (que poderá realizá-la, se entender necessária), especialmente porque depois do período questionado a situação ao que consta foi normalizada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para (1) declarar a inexigibilidade da fatura tratada nos autos com vencimento para junho de 2016 correspondente a R\$ 1.348,69, (2) determinar que a ré no prazo máximo de trinta dias emita nova fatura no valor de R\$ 214,73, em substituição à mesma, sob pena de ser reputada inexigível, e (3) condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 107,01, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2016 (época do desembolso de fl. 09), e juros de mora, contados da citação.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação imposta no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Torno definitiva a decisão de fls. 14/15, item 1.

Para cumprimento da obrigação prevista no item 3 supra, faculto à ré efetuar a compensação com valores que a autora tenha para desembolsar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**